

121/2011	04/07/2011	Concede gozo de férias a servidor (mat. 200066)
122/2011	07/07/2011	Suspende gozo de férias de servidor (mat. 200129)
123/2011	11/07/2011	Reconhece a servidor (mat. 200015) direito a abono de permanência
124/2011	11/07/2011	Averba tempo de serviço de servidor (mat. 200179)
125/2011	13/07/2011	Interrompe gozo de férias de servidor (mat. 200135)
126/2011	15/07/2011	Concede férias a servidor (mat. 200082)
127/2011	18/07/2011	Concede gozo de férias a servidor (mat. 200113)
128/2011	18/07/2011	Averba tempo de contribuição de servidor (200167)
129/2011	18/07/2011	Averba tempo de contribuição de servidor (200180)
130/2011	18/07/2011	Concede férias a servidor (mat. 200073)
131/2011	18/07/2011	Concede férias a servidor (mat. 200036)
132/2011	21/07/2011	Exonera servidor, a pedido, de cargo em comissão (mat. 200163)
133/2011	21/07/2011	Concede licença-prêmio parcial a servidor (mat. 200144)
134/2011	26/07/2011	Designa pregoeiro (mat. 200073) e equipe de apoio (mat. 200135, mat. 200173 e mat. 200094) - Pregões nº 05/2011 e 06/2011
135/2011	1º/08/2011	Interrompe gozo de férias de servidor (mat. 200114)
136/2011	1º/08/2011	Nomeia servidor para exercer cargo em comissão (mat. 200181)
137/2011	05/08/2011	Autoriza suplementação na programação do orçamento do MPC/PA
138/2011	08/08/2011	Concede férias a servidor (mat. 200145)
139/2011	08/08/2011	Suspende gozo de férias de servidor (mat. 200143)
140/2011	08/08/2011	Concede férias a servidor (mat. 200175)
141/2011	08/08/2011	Concede férias a servidor (mat. 200090)
142/2011	08/08/2011	Concede férias a servidor (mat. 200151)
143/2011	08/08/2011	Concede férias a servidor (mat. 200173)
144/2011	08/08/2011	Concede férias a servidor (mat. 200091)
145/2011	09/08/2011	Concede gozo de férias a servidor (mat. 200099)
146/2011	18/08/2011	Concede licença-prêmio parcial a servidor (mat. 200130)
147/2011	22/08/2011	Designa membro (mat. 200006) e servidores (mat. 200073, mat. 200095, mat. 200129, mat. 200170, mat. 200109 e mat. 200110) para participar de evento
148/2011	29/08/2011	Suspende gozo de férias de servidor (mat. 200173)
149/2011	29/08/2011	Suspende gozo de férias de servidor (mat. 200090)

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
Nº PUBLICAÇÃO : 286438
Nota de Empenho da Despesa: 2011NE00389
Valor: 2.710,00
Data: 19/09/2011
Vigência: 19/09/2011 a 19/09/2011
Objeto: Aquisição de 11 (onze) unidades de cachepot's.
Dispensa: 8/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
01122012545340000 449052 0101000000 Estadual
Contratado: Marcia Souza Lima - ME
Endereço: Tv D Pedro I, Bairro: Umarizal, 836
CEP. 66050-100 - Belém/PA
Telefone: 91324227700
Ordenador: MARIA HELENA BORGES LOUREIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE ADIAMENTO DA DATA DE ABERTURA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 286354
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2011-MP/PA
Comunicamos aos interessados o adiamento da sessão de abertura do Pregão Eletrônico nº 029/2011-MP/PA, que tem como objeto a aquisição de mobiliário para atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Pará, em data a ser informada posteriormente, tendo em vista a impugnação apresentada ao edital. Belém, 22 de setembro de 2011.
Jamyllé Hanna Mansur
Pregoeiro

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 286195
PORTARIA: 4242/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
MARIO BENEDITO NUNES FARIAS AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO 9991281
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
03092123745090000 0101000000 339030 400,00

03092123745090000 0101000000 339036 600,00
Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO VALOR, DE ACORDO COM O INCISO VIII, DA PORTARIA Nº 1154/2006-PGJ, E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 10 DIAS, SUBSEQUENTES, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE APLICAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX.
Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 286191
PORTARIA: 4241/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
LUCIANO OLIVEIRA MOURÃO AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO 9991180

Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
03092123745090000 0101000000 339030 200,00
03092123745090000 0101000000 339036 450,00
Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO VALOR, DE ACORDO COM O INCISO VIII, DA PORTARIA Nº 1154/2006-PGJ, E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 10 DIAS, SUBSEQUENTES, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE APLICAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX.
Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 812/2011- PAPP CF/PJT FEIS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 286138

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial com fundamento nas disposições constitucionais legais; CONSIDERANDO que a PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL MARABÁ no ano-calendário de 2009 recebeu recursos públicos que totalizaram a importância de R\$29.081.458,05 (vinte e nove milhões, oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos); CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial; CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; o artigo 12 da Resolução nº 003/2000, de 17 de setembro de 2000; CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução; CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que tem fins assistenciais ou de interesse social; RESOLVE:
I) INSTAURAR procedimento administrativo preliminar para apuração finalística das contas da entidade de interesse social PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL MARABÁ relativa ao ano-calendário 2009;
II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro em livro próprio da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial da Comarca de Belém;
III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;
IV) JUNTAR aos autos cópias da ata de constituição e do Estatuto do (a) PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL MARABÁ;

V) NOTIFICAR o(a) Sr(a). Responsável Legal do (a) PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL MARABÁ, a fim de apresentar, até o dia 30/11/2011, a prestação de contas do ano-calendário de 2009;
VI) NOMEAR, sob compromisso para secretariar os trabalhos, atuando neste procedimento preliminar de prestação de contas, o(a) Sr(a). Raionilva Joana Lemos Pontes, Auxiliar de Administração do Ministério Público do Estado do Pará; Após, voltem-me conclusos para novas deliberações. Belém, 13 de Setembro de 2011.
SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
EXTRATO DA PORTARIA Nº 813/2011- PAPP CF/PJT FEIS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 286139
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial com fundamento nas disposições constitucionais legais; CONSIDERANDO que a PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL ALTAMIRA no ano-calendário de 2009 recebeu recursos públicos que totalizaram a importância de R\$29.564.281,04 (vinte e nove milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais e quatro centavos); CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial; CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; o artigo 12 da Resolução nº 003/2000, de 17 de setembro de 2000; CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução; CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que tem fins assistenciais ou de interesse social; RESOLVE:
I) INSTAURAR procedimento administrativo preliminar para apuração finalística das contas da entidade de interesse social PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL ALTAMIRA relativa ao ano-calendário 2009;
II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro em livro próprio da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial da Comarca de Belém;
III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;
IV) JUNTAR aos autos cópias da ata de constituição e do Estatuto do (a) PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL ALTAMIRA;
V) NOTIFICAR o(a) Sr(a). Responsável Legal do (a) PRO-SAUDE ASSOC. BENEF. DE ASSISTENCIA SOCIAL – FILIAL ALTAMIRA, a fim de apresentar, até o dia 30/11/2011, a prestação de contas do ano-calendário de 2009;
VI) NOMEAR, sob compromisso para secretariar os trabalhos, atuando neste procedimento preliminar de prestação de contas, o(a) Sr(a). Raionilva Joana Lemos Pontes, Auxiliar de Administração do Ministério Público do Estado do Pará; Após, voltem-me conclusos para novas deliberações. Belém, 13 de Setembro de 2011.
SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de